

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS OLHARES DE BORIS FAUSTO, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E JOSÉ MURILO DE CARVALHO
BRAZIL'S HISTORY THROUGH THE VIEWS OF BORIS FAUSTO, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA AND JOSÉ MURILO DE CARVALHO

Elaine Cristina Segheto Quevedo¹
Natana Alvina Botezini²

RESUMO: O presente ensaio versa sobre as contribuições trazidas por três importantes obras na área de História do Brasil, sendo as mesmas: História do Brasil de autoria de Boris Fausto, Raízes do Brasil, escrita por Sérgio Buarque de Holanda, e Cidadania no Brasil – O longo caminho, de José Murilo de Carvalho. Tais obras se colocam como fundamentais para a compreensão do desenvolvimento do país em termos culturais, políticos e sociais. Através das análises elaboradas pelos três estudiosos expoentes da História do Brasil, observamos as nuances que envolveram os percursos de formação do povo brasileiro em suas mais diversas facetas. O tema se desenvolve através da pesquisa bibliográfica realizada nas três obras supramencionadas, buscando assinalar pontos de continuidade e distanciamento entre o pensamento dos três estudiosos.

Palavras-chave: História do Brasil; Raízes do Brasil; Cidadania no Brasil – O longo caminho.

ABSTRACT: The present essay deals with the contributions made by three important works in the field of History of Brazil, being the same: History of Brazil by Boris Fausto, Roots of Brazil, written by Sérgio Buarque de Holanda, and Citizenship in Brazil– The long way, by José Murilo de Carvalho. Such works are fundamental for understanding the country's development in cultural, political and social terms. Through the analyzes elaborated by the three leading scholars from the History of Brazil, we observe the nuances that involved the formation paths of the Brazilian people in their most diverse facets. The theme is developed through the bibliographical research carried out in the three aforementioned works, looking to point out aspects of continuity and distance between the thoughts of the three scholars.

Keywords: History of Brazil; Roots of Brazil; Citizenship in Brazil– The long way.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio versa acerca das contribuições trazidas por três importantes obras na área de História do Brasil, quais sejam: “História do Brasil” de autoria de Boris Fausto, “Raízes do Brasil”, escrita por Sérgio Buarque de Holanda, e “Cidadania no Brasil – o longo

¹Graduada em Matemática Licenciatura Plena e Graduanda em Ciências Sociais. Especialista em Arteterapia(UPF-RS). E-mail: elaineq13@gmail.com

²Mestra em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Especialista em Tecnologias da Comunicação e da Informação aplicadas à Educação (NTE/UFSM). Cientista Social (CCSH/UFSM). E-mail: natanabotezini@gmail.com

caminho”, de José Murilo de Carvalho. Através de pesquisa bibliográfica, assinalamos os aspectos centrais de cada uma das obras e sua importância para a compreensão da constituição cultural, social e política do país, bem como do povo brasileiro. Para realizarmos o exercício reflexivo proposto, este ensaio está dividido em três seções. Ao início de cada uma delas há uma breve passagem contendo a biografia dos autores e, após, passamos à análise de suas obras abordando os aspectos centrais. Na primeira seção apresentamos a obra “A História do Brasil”, de autoria de Boris Fausto. Neste primeiro momento a discussão centra-se em elementos relativos à colonização do país, exploração do ouro e escravidão. Na sequência passamos a observar a obra “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, na qual o autor também abordará dimensões relativas à colonização, contudo realizando uma análise cultural da formação do povo brasileiro através do desenvolvimento do conceito de “homem cordial”, da formação política do país, da escravidão e da questão latifundiária. Por fim, a terceira seção do ensaio versa sobre a obra “Cidadania no Brasil - O longo caminho” de autoria de José Murilo de Carvalho, onde o fio condutor da discussão centra-se na questão do desenvolvimento da cidadania no país.

HISTÓRIA DO BRASIL, POR BORIS FAUSTO

Boris Fausto nasceu em família de imigrantes judeus, em 08 de dezembro de 1930, no estado de São Paulo. Graduou-se em Direito fazendo posteriormente Mestrado em História, ambos pela Universidade de São Paulo, onde conciliou uma carreira profissional como assessor jurídico da USP e como historiador. Também desenvolveu pesquisas, principalmente sobre a história política do Brasil no período republicano, sobre a imigração em massa para o Brasil, criminalidade em São Paulo, e sobre o pensamento autoritário. Possui diversas obras dentre as quais “História do Brasil” publicada em 1994, em que analisa os quinhentos anos de história brasileira. Nas próximas linhas serão apresentadas algumas de suas concepções encontradas neste livro numa tentativa de correlacioná-las com a realidade brasileira atual. Boris Fausto, ao introduzir suas percepções acerca da História do Brasil, nos adverte que a História é muito ampla e possui sempre a sensibilidade do historiador que precisa fazer recortes dos assuntos e aspectos que considera mais relevantes ao estudo do coletivo. Neste sentido muitos fatos acabam sendo tratados como superficiais ou nem mesmo são tratados. Surgem assim, no imaginário, algumas questões acerca da

veracidade dos fatos históricos que estudamos, lemos e até consideramos reais, e que reverberaram nos dias atuais. Por mais que exista a tentativa de objetividade e neutralidade na prática científica do historiador, seus traços subjetivos estarão presentes.

Passado este primeiro momento onde Fausto expõe questões de cunho metodológico e de ética em pesquisa, o autor passa a analisar os dados históricos que envolvem o tema das navegações portuguesas. De acordo com o Fausto (2012), os registros nos levam a pensar que Portugal lançou-se ao mar em busca de um novo caminho para chegar às Índias e encontrar especiarias e ouro em condições mais lucrativas do que as encontradas até aquele momento. Com uma posição geográfica privilegiada, técnicas de navegação desenvolvidas e algumas pitadas de aventura, lançaram-se ao mar vindo, em 1500, a encontrar as terras a que foram mais tarde denominadas de Brasil. Ao se depararem com a nova terra os portugueses pensaram ter chegado às Índias, por este motivo chamaram os povos nativos de índios. Mas qual era o motivo de tanto empenho para chegar às Índias? A busca por especiarias e ouro! Uma reflexão feita a partir do cenário atual sem um prévio conhecimento histórico pode remeter a esta pergunta, pois atualmente as especiarias podem ser encontradas no mercado da esquina e as mais raras estão na internet. Então vale a reflexão em torno desta questão, pois se as especiarias não fossem tão raras e importantes para o auxílio na conservação dos alimentos e para dar um gosto mais agradável à comida naquele período histórico, talvez não tivessem sido desenvolvidos métodos de conservação, refrigeração e não teriam sido elaboradas novas técnicas de culinária.

As especiarias também eram empregadas para a confecção de perfumes, uma prática originária do Egito com o objetivo de aromatizar o corpo humano e ambiente, sendo utilizada nas Índias e ganhando fama e moda na época do Renascimento, na Itália. Certamente trazidas para o Brasil com a chegada dos colonizadores, esta prática foi disseminada e é utilizada até o momento presente pelos brasileiros tendo, por sua vez, uma indústria e comércio no *ranking* de crescimento no mundo. Percebe-se o quanto as questões históricas repercutem nos dias atuais. Como remédios também tiveram e têm seu valor auxiliando na evolução das pesquisas relacionadas à indústria farmacêutica desde a Grécia antiga, as especiarias eram utilizadas para acalmar alguma dor, conservar corpos e estudar novas possibilidades de uso na área da saúde. Quem não tomou um chá de cravo para auxiliar na redução de gordura, para dor de garganta ou até no auxílio ao combate à febre? E o ouro! Este sempre foi cobiçado para enfeitar igrejas, ostentar riquezas e demonstrar

poder. Percebe-se, então, o quanto esta busca por especiarias e ouro refletiu no mundo. Economicamente as especiarias e o ouro chegavam às classes mais abastadas fazendo com que estas enriquecessem cada vez mais e tivessem poder para ir à busca de mais riquezas colaborando, por sua vez, para o processo de divisão de classes.

Boris Fausto (2012) chama atenção ao fato de que desde a chegada ao Brasil, os interesses dos portugueses eram rentabilizar com a nova terra. Como não encontraram ouro de imediato e as especiarias estavam longe da nova terra, resolveram explorá-la através da extração do pau-brasil que, por sua vez, era muito utilizado como madeira nobre e possuía uma tintura fortemente valorizada na Europa. Os europeus chegaram impondo sua cultura, seu credo, suas ideias e saqueando o Brasil ao levar suas riquezas. Os povos nativos não foram respeitados por estarem em sua terra e foram inúmeras as formas de exploração que sofreram. Mais tarde os portugueses resolveram colonizar a nova terra e a dividiram em capitânicas hereditárias, onde precisavam de mão-de-obra. Tentaram escravizar os índios, porém os mesmos relutavam e fugiam para Quilombos para continuarem com seus costumes. A forma indígena de viver era de subsistência e os portugueses tinham a intenção de implantar uma forma de trabalho compulsório com o modelo *plantation* que era o cultivo de um só produto em larga escala, a fim de comercializar e lucrar na Europa.

Os índios não eram acostumados com esta forma de vida e, além de fugirem, também foram dizimados pelas doenças trazidas pelos colonizadores. Com esta dificuldade de mão-de-obra para trabalho na agricultura, africanos foram trazidos para o Brasil e escravizados. Apresentavam situações deploráveis de vida e trabalho, apanhavam e possuíam uma expectativa de vida muito curta. Desta forma o comércio de escravizados³ tornou-se, de acordo com Fausto (2012), altamente lucrativo e fundamental para o enriquecimento dos grandes proprietários de terra. Existia toda uma classificação de nomenclaturas e divisão do trabalho. Quanto mais escura fosse a pele, piores eram os serviços e o tratamento que os escravizados recebiam. Geralmente alguns ficavam na Casa-Grande e outros trabalhavam

³A opção pela utilização, no texto, do termo escravizado se deu, pois compreendemos que “enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores” (HARKOT-DE-LA-TAILLE e SANTOS, 2012, s.p.).

no campo. Havia, ainda, os que eram escravizados de ganho que faziam outra atividade como barbeiro, vendedor ou até se prostituíam, e precisavam entregar os lucros ao seu senhor. A questão da discriminação dos povos africanos escravizados era tão grande que um branco ou até índio que casasse com uma mulher negra poderia perder sua função,

[...] por exemplo, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto. (FAUSTO, 2012, p. 40)

A História do Brasil se mescla ao sofrimento dos africanos escravizados que vinham como pessoas sem valor em porões de navios, para trabalhar jornadas exaustivas e servir ao seu dono. Eram negociados como mercadorias, separados dos seus para que não tivessem força de reação contra as barbaridades as quais estavam submetidos. Uma história com muito derrame de sangue que, mais tarde, através da luta travada pelos abolicionistas, resultou na “liberdade” que fora concedida. Contudo tratava-se de uma falsa liberdade, pois sem estrutura, terras, educação e condições políticas, continuaram sendo escravizados, mas em uma condição de “escravizados livres”. Na obra “História do Brasil” observamos que a Lei pode até ter acabado com a escravidão juridicamente, porém a escravidão foi mudando de facetas, de formas e visões. Fausto Boris declara que “o preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado a nossos dias. Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores europeus no centro-sul do Brasil, o trabalho manual foi socialmente desprezado como ‘coisa de negro’ ”(FAUSTO, 2012, p.41).

Os escravizados libertos, sem políticas públicas que os integrassem na sociedade como homens livres de verdade, ficaram à mercê das sobras que os homens brancos e de posses lhes destinavam. Joaquim Nabuco que foi um dos políticos que lutou pela abolição da escravatura escreveu, em 1883, o livro “Abolicionismo” onde mostrou que a escravidão não era positiva para o Brasil e que o Movimento Abolicionista objetivava o bem destes escravizados e sua liberdade contribuindo para a reestruturação do país onde haveria liberdade no trabalho e uma comunhão entre as etnias existentes. Nabuco (2011) observou que, por mais que existisse uma convivência pacífica entre as raças, a interação social pouco acontecia. Quando se pensa em como a História brasileira foi acontecendo, quanto mais se desbrava o passado obscuro e sombrio, mais se entende a organização da sociedade atual.

Estamos falando de séculos de diferença temporal e as questões sociais reverberam. A busca pelo poder, dinheiro e *status* continua, porém em um cenário diferente. A educação segue elitizada, a população negra continua sofrendo preconceito e tendo os empregos mais desvalorizados, as mulheres continuam sendo menos valorizadas e lutando para se igualarem aos homens em direitos. Se feita uma análise cor e que continua sendo, na maioria, negra. Não que sejam escravizados apenas descendentes africanos, mas como já vimos, são os mais pobres e em situações vulneráveis, pois desde o concedimento da “liberdade”, em 1888, não tiveram acesso a direitos, herdando assim a condição de grupo social excluído e periférico.

A ANÁLISE DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA NA OBRA RAÍZES DO BRASIL

Nascido em São Paulo, em 11 de julho de 1902, e falecido em abril de 1982 na mesma cidade, Sérgio Buarque de Holanda mudou-se ainda na adolescência para o Rio de Janeiro. Em 1925 formou-se em Direito e mudou-se para Berlim (Alemanha) tendo contato com o pensamento de Max Weber. Com a evolução do pensamento nazista, em 1930, volta ao Brasil e escreve sua grande obra: “Raízes do Brasil” que retratava a formação do Brasil e suas origens com enfoques e pontos de vista bem diferentes dos que até então eram descritos. A literatura até aquele momento romantizava as questões do povo indígena e inferiorizava sua cultura. Percebe-se com a leitura deste clássico, que Sérgio Buarque de Holanda trouxe à tona questões acerca de quem é “o brasileiro”, que é o Brasil e qual a origem das características deste povo, tornando-se um dos maiores sociólogos e historiadores brasileiros. Três anos antes, Gilberto Freyre havia publicado o clássico “Casa-Grande & Senzala” no qual retratava a questão da formação do Brasil e a escravidão de uma forma em que pormenorizava a vida sexual do patriarcalismo e a importância dos povos africanos para a formação do Brasil. Gilberto Freyre teve um propósito antessignano em desvelar a formação do povo brasileiro, o surgimento do Brasil que se construiu e perdura até os dias atuais. Das palavras de Freyre:

Todo brasileiro, mesmo o alvo de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo - há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo

Brasil - a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. (FREIRE, 2019, p.190)

Neste excerto podemos perceber o olhar direcionado à importância da miscigenação para a formação cultural, econômica e social do povo brasileiro. Seis anos após a publicação de Casa-Grande & Senzala, Caio Prado Junior⁴ publica sua obra "A formação do Brasil Contemporâneo" onde faz uma análise do Brasil Colônia, do Brasil Império e do Brasil República, mostrando que o Brasil Contemporâneo é uma consequência direta de sua estrutura de colonização⁵. Prado Júnior (2011) destaca nesta obra que o Brasil sempre serviu de fornecedor de matéria prima para o enriquecimento dos colonizadores. As características do Brasil de hoje, na análise do autor, foram arquitetadas desde a fase colonial. Para ele, a colonização do Brasil teve intuito de exploração e não de povoamento, tendo em vista que o Brasil teve mais de trezentos anos de escravidão que, mesmo depois da Independência, continuou sendo esta empresa voltada para o mercado externo. O pacto colonial⁶ resultou em problemas de cunho social, político, racial e econômico que reverberam até os nossos dias. Observando mais detidamente a obra "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda, temos que a mesma inicia fazendo uma minuciosa observação sobre os povos colonizadores da América: os ibéricos⁷, que se mostravam diferentes em vários aspectos dos demais povos europeus, sendo povos de fronteiras que tinham dificuldades hierárquicas e falta de estrutura social.

Uma destas características citadas pelo autor é a "Cultura de Personalidade" onde os indivíduos precisavam se sobressair em relação aos demais, o que dificultava a organização, pois "em terra onde todos são barões não é possível um acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida" (HOLANDA, 1936, p.5). Essa característica era bem diferente do restante da Europa onde o sistema feudal era de uma rigidez muito grande, sendo que para mudar a situação foram necessárias revoluções como, por exemplo, da

⁴Caio Prado Júnior nasceu em fevereiro de 1907, em São Paulo, onde falece em novembro de 1990. Sua família era influente e de relevada importância na burguesia cafeeira de São Paulo, os Silva Prado. Estudou com os Jesuítas, formou-se em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco no ano de 1928 vindo mais tarde a ser livre-docente nesta mesma instituição com a cadeira de Economia Política (PERICÁS, 2017).

⁵ Que visava abastecer a metrópole com produtos que fossem lucrativos.

⁶Imposição da Metrópole colonizadora em que previa exclusividade de envio de matérias – primas e materiais preciosos em troca de produtos manufaturados (trazidos de Portugal) e mão-de-obra escravizada.

⁷Espanhóis e portugueses.

França e Inglaterra⁸. Essa característica colonizadora repercutiu no Brasil o “homem cordial” que Holanda define como sendo a expressão da busca da familiaridade com situações de afetividade e intimidade, e pela repulsa pelo que não é impessoal e que apresenta relações de teor burocrático. Aquele “jeitinho brasileiro” na improvisação criativa para a resolução de problemas que se seguidos por meios corriqueiros, seriam menos simples. Essa cordialidade aviva nas pessoas a confusão entre as esferas do público e privado e a personalidade acaba sendo utilizada em questões públicas, sendo que o público, muitas vezes, é desfrutado na dimensão do privado⁹.

Na sequência a obra discorre acerca da formação latifundiária do país e da escravidão. Para Oliveira Vianna (1949)¹⁰, desde a colonização se arrasta o problema de formação latifundiária, onde um clã feudal¹¹ e clã parental¹² sustentam a formação de um povo massa¹³ que precisava da proteção do seu senhor e também o protegia. Esta experiência não possibilitou a formação de comunidades onde houvesse uma consciência e sentimento coletivos, como ocorria na Europa. Essa falta de comunidades gerou tipos sociais, instituições, usos e costumes em que predominou o individualismo, o privatismo e o personalismo. Desta forma, pouco sentimento de coletividade e bem comum se desenvolveu. O povo de massa estava ausente das tomadas de decisões, pois os filhos de escravizados continuavam como os pais trabalhando nos engenhos e inacessíveis a cargos de decisões políticas pelas condições escravagistas da época. Enquanto isso os filhos dos senhores estudavam, continuavam a gerenciar as propriedades e tomavam as decisões em cargos de poder.

⁸Revolução Francesa e Revolução Industrial.

⁹ Pode-se perceber que um dos pontos ágeis do livro *Raízes do Brasil* é a questão da falta de separação do público e do privado, onde o privado deveria ser beneficiado pelo público desde que numa lei universalizada onde o direito seria de todos e não somente de alguns.

¹⁰Francisco José de Oliveira Vianna foi um católico conservador praticante, nasceu em 1883 em Saquarema, no Rio de Janeiro. Formado em Direito, nos anos 20 publica suas primeiras obras que acabam recebendo certo prestígio nos anos seguintes. Contrariando o pensamento nacional que vê o Brasil como sendo sem um povo homogêneo, Vianna identifica tipos característicos da formação social do Brasil (OLIVEIRA VIANNA, 1949).

¹¹“O primeiro envolve os elementos mais combativos ou mais leais ao proprietário, residentes dentro das suas demarcações, a população masculina com capacidade de luta, os pequenos proprietários e pequenos comerciantes vicinais, os homens livres localizados em terras próximas ao domínio. Apresenta uma estrutura hierarquizada, com função de defesa e posteriormente de ataque, voltada para a ampliação dos domínios e de prestígio político do grande proprietário” (GIMENEZ et al., 2018, p. 4).

¹²“Deriva da família ‘senhorial’, mas pode ultrapassar seus limites nos momentos de conflito. Pauta-se numa solidariedade de sangue, englobando crias e protegidos educados como filhos, afilhados, filhos espúrios do senhor ou de parentes chegados, parentes por afinidade civil (genros e cunhados) e por afinidade religiosa (compadres e afilhados) e parentes por adoção (crias e moleques mimosos)” (GIMENEZ et al., 2018, p. 4).

¹³Aqueles submetidos ao controle do clã.

Entre os anos de 1850 e 1855 surge uma investida na modernização, e Sérgio Buarque de Holanda cita, na obra, várias mudanças ocorridas neste período. Dentre elas podemos destacar o novo Banco do Brasil que surge juntamente com outros como o Banco Hipotecário; também temos o aparecimento das primeiras linhas férreas em São Paulo e a primeira linha de telégrafos no Rio de Janeiro. Tais feitos ocasionaram um desenvolvimento político, econômico e social com a mobilidade da população das propriedades rurais para os centros urbanos, e culminaram na investida de estrangeiros no país. Houve a tentativa de conflitar com os grandes latifundiários para o enfraquecimento do poder que era centralizado nos grandes proprietários de terras daquele momento. O tráfico negreiro também diminuiu muito neste período ocasionado pela Lei Eusébio de Queiróz que o tornou proibido no Atlântico, sendo a partir de então ilegalmente mantido por alguns anos¹⁴.

Os bancos disponibilizavam crédito facilitado para quem almejasse oportunidades de crescimento em seu pequeno comércio ou para ajudar aqueles que estavam falidos (alguns em decorrência do fim do tráfico negreiro). Mas, em 1864, surge a grande crise econômica envolvendo questões de cunho político, religioso, militar dentre outras. Sérgio Buarque de Holanda em sua análise via o engenho como detentor de poder e domínio muito forte neste período, onde os senhores do engenho faziam suas próprias leis, mesmo que por vezes contrárias à justiça. As fazendas eram locais onde se produziam quase todo o necessário para a subsistência, e onde também havia igrejas, escolas, vendas e estalagens. Desta forma a dependência do escravizado para com seu senhor era muito grande apesar das condições em que vivia. A herança cultural a que Holanda se refere na obra *Raízes do Brasil* também demonstra o quanto o governo e a sociedade em sua totalidade foram influenciados por este domínio dos senhores de engenho.

As colonizações Portuguesa e Espanhola se deram de distintas formas na América. Enquanto as colônias Espanholas foram se desenvolvendo à medida que cidades foram criadas, as colônias portuguesas voltaram-se praticamente para as regiões litorâneas, concentrando poucas vilas nas regiões dos portos e com poucas cidades e na maioria grandes fazendas. Isso ocasionou um tardio desenvolvimento urbano do Brasil. Diante das colocações de Sérgio Buarque, feitas há mais de 80 anos (1936), percebe-se que suas ideias estão ainda muito presentes. É possível, através do retrato colonizador do Brasil, ter uma

¹⁴ Através de suborno e falsificação de documentos, dentre outras estratégias ilegais.

percepção de como muitas características se perpetuaram e constituíram o povo brasileiro. Pode-se ressaltar a herança rural desde a colonização, passando pelos coronéis, e suas consequências para a atualidade. Além disso, outra questão que chama a atenção é o jeito próprio do brasileiro que seria a herança do homem cordial que o autor examina. Contudo, apesar das críticas, pode-se perceber que muitas das características que ainda refletem no Brasil, foram captadas nas lentes de Sérgio Buarque de Holanda já na década de trinta e são de grande valia e importância para o entendimento histórico, social e cultural do país.

CIDADANIA NO BRASIL - O LONGO CAMINHO, DE JOSÉ MURILO DE CARVALHO

Outro autor que se destaca entre os pesquisadores da História do Brasil é José Murilo de Carvalho. Mineiro nascido na cidade de Andrelândia, graduou-se em Sociologia, tendo Mestrado e Doutorado em Ciência Política e Pós-Doutorado em História da América Latina. Foi professor, pesquisador e membro da Academia Brasileira de Letras e também da Academia Brasileira de Ciências. Publicou diversas obras dentre elas, em 2001, “Cidadania no Brasil – o longo caminho”, sobre a qual serão dedicadas as próximas linhas. Nos últimos anos dedicou-se a pesquisar sobre a cidadania no Brasil evidenciando uma situação de dependência do cidadão para com o Estado em que o voto, mesmo que com coerência, está preso à necessidade. No livro supramencionado o autor pretende evidenciar como se desenvolveu a ideia de cidadania ao longo da História do Brasil demonstrando o que se ganhou e o que se perdeu na seara dos direitos civis, políticos e sociais desde a colonização até meados do século XXI.

Para iniciarmos a apresentação dos principais aspectos da obra, se mostra importante abordarmos o que são estes direitos e entendermos o que o autor entende por cidadania. Direitos Civis são aqueles que dizem respeito à liberdade individual como, por exemplo, a liberdade de pensamento, o direito de ir e vir, direito à propriedade, à justiça, a credos. É o direito individual. Já o Direito Político é o direito de participar da gestão da sociedade em que está inserido e o direito de voto, direito de participar da vida política e de instituições. O Direito Social se coloca quando o indivíduo tem acesso à saúde, salário, educação e emprego. Para José Murilo de Carvalho (2001), cidadãos plenos são aqueles titulares dos três direitos, e cidadãos incompletos são os que possuem apenas alguns desses direitos. E

há, ainda, aqueles que não se beneficiam de nenhum dos três direitos, os quais seriam denominados de não-cidadãos. Cidadania seria, então, a condição recebida por quem gozaria destes três direitos.

Para o autor, de 1500 até 1889, poucas foram as mudanças neste sentido. A sociedade era escravocrata e como vimos no livro “A História do Brasil” de Boris Fausto, todos tinham escravizados. Até mesmo ex-escravizados tinham escravizados. Em 1822 houve o processo de Independência, porém nos direitos civis e políticos a população em geral não estava incluída, então não havia cidadania. Em 1824 foi outorgada a primeira Constituição que foi considerada liberal, contudo, apesar de analfabetos também votarem, os escravizados e as mulheres não tinham este direito. Esta Constituição trouxe o voto censitário em dois turnos com eleição indireta, e além de estabelecer os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), ainda instituiu um quarto poder chamado Moderador. A chegada da Independência, sem nenhuma organização de lideranças que pensasse o bem comum, fez com que clãs se reagrupassem com cunho defensivo criando assim os clãs eleitorais com bases municipais, estaduais e nacionais. Os clãs eleitorais formaram-se a partir de domínios de famílias surgindo assim algumas práticas como o fanatismo, banditismo e nepotismo. Para José Murilo de Carvalho, além do voto por dependência dos patrões e dos mais poderosos, havia os que aprenderam a negociar o voto com mais de um chefe.

Alguns conseguiam vendê-lo a mais de um cabalista, vangloriando-se do feito. O voto neste caso não era mais expressão de obediência e lealdade, era mercadoria a ser vendida pelo melhor preço. A eleição era uma oportunidade de ganhar um dinheiro fácil, uma roupa, um chapéu novo, um par de sapatos. No mínimo uma boa refeição. (CARVALHO, 2012, p.36-37)

Em 1881, antes da Proclamação da República, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei do Voto Direto, não havendo mais votantes e sim eleitores. Os direitos eleitorais ganham restrições como, por exemplo, os analfabetos perdem o direito de voto, aumentando o valor de renda, e o voto torna-se facultativo. Isso restringe ainda mais a população da escolha dos administradores (Legislativo). Em 1889 a República é proclamada e, logo após, em 1891, uma nova Constituição é outorgada. Este período que vai de 1889 até 1930 foi conhecido como Primeira República ou República dos Coronéis ou, ainda, Coronelismo, onde grandes proprietários de terras ganham força sobre a Federação levando São Paulo e Minas Gerais a ganharem forças com a chamada “Política do Café com Leite”. Em uma alternância de poder

em São Paulo e Minas Gerais, houve fraude nas eleições e Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba se unem para criar um movimento e retornar ao poder. Com este movimento a Primeira República despenca e Getúlio Vargas assume o poder em 1930 em um governo provisório, vindo a se eleger em 1934 já com o voto direto, onde permaneceu até 1945. Em 1932 foi elaborada uma nova Constituição que instituiu o voto secreto e deu às mulheres o direito de votar. Esta Constituição também trouxe direitos trabalhistas com a CLT¹⁵. Neste momento a História começa a andar mais rápido, como o autor relata. Foi um período de acaloradas demonstrações de organizações políticas em que houve a participação da população. Neste período, após as eleições, surgem partidos políticos com a intenção de lutar por mudanças econômicas e sociais sendo contra o liberalismo adotado por Vargas, e defendendo um governo centralizado. Contudo, em 1937 veio o Golpe de Estado dado por Vargas para continuar no poder, o que lhe rendeu as eleições e a nova Era Vargas que durou até 1945 num governo ditatorial em que o exército garantia o cumprimento das ordens presidenciais. José Murilo de Carvalho (2012) cita que, neste período, a censura controlava a imprensa, as manifestações políticas eram proibidas, e o regime autoritário misturava-se ao paternalismo.

Em 1943 a promulgação da CLT trouxe os direitos sociais que perduram até a atualidade com algumas modificações, os direitos políticos, porém com mínima participação da população, e os direitos civis que eram aleatórios. O Ministério do Trabalho foi criado em 1931 e, em 1932, teve início a jornada de trabalho de oito horas, a criação da carteira de trabalho, o direito a férias, a regulamentação do trabalho de menores e do trabalho feminino com igualdade salarial. A partir de 1933 direitos previdenciários também foram criados atendendo a uma reivindicação antiga dos trabalhadores. Entretanto excluía as domésticas, os autônomos e os trabalhadores rurais que eram os que predominavam naquele período. Neste sentido, Carvalho (2012) salienta que se tratou de um privilégio e não de um direito, uma cidadania limitada a restrições políticas. Os sindicatos também eram regulamentados, não devendo ser proteção de alguma classe e sim uma forma de ajuste e auxílio entre operários e patrões. O Estado agia duplamente: protegia com a legislação trabalhista, mas por outro lado amedrontava com sindicatos. De 1939 a 1943, por exemplo, as greves estavam proibidas. Este jogo tornava Vargas, cada vez mais, o “pai dos pobres” os quais ganhavam

¹⁵Consolidação das Leis do Trabalho.

direitos para participação na política, porém ao votar, agiam numa forma de agradecimento e lealdade em uma “cidadania passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora” (CARVALHO, 2012, p.126).

José Murilo de Carvalho coloca que Getúlio Vargas investiu muito em se promover com seu governo, mas em 1945 coincidindo com o fim da Segunda Guerra Mundial, o então presidente acaba tendo de renunciar e sofrendo um Golpe de Estado pelos militares. Após as eleições presidenciais em 1946, toma posse o Governo de Eurico Gaspar Dutra, e a Assembleia Constituinte promulga nova Constituição trazendo assim a primeira experiência democrática da História do Brasil. Esta Constituição manteve todas as conquistas sociais do período anterior garantindo ainda os direitos civis e políticos tradicionais. A liberdade de imprensa foi mantida até 1964. Os partidos políticos também funcionavam livremente com a exceção do Partido Comunista que foi cassado em 1947.

Vargas elegeu-se senador e foi preparando o seu retorno ao poder, o que ocorre em 1950 após a eleição na qual recebe 49% dos votos. As eleições foram regulares, com voto direto, secreto e obrigatório onde todos os cidadãos acima de 18 anos puderam votar, exceto os analfabetos e soldados das forças armadas. Apesar das restrições e de 57% da população ser analfabeta, o número de votantes aumentou expressivamente. Em 1953 foi criada a Petrobrás em um momento de luta pelo monopólio estatal de exploração e refino de petróleo. Houve uma divisão de vontades: de um lado os nacionalistas que defendiam estas políticas e, de outro, os que pensavam em uma abertura de capitais externos principalmente com os Estados Unidos. Vargas tinha opositores e, um deles, Carlos Lacerda, que era jornalista, sofreu um atentado onde a pessoa que estava com ele veio a óbito. Getúlio Vargas foi acusado desta morte então foi iniciado o processo de *impeachment*, mas antes de depor em sua defesa, Vargas acaba se suicidando. O Vice, Café Filho, assume após o suicídio de Vargas, e são realizadas novas eleições onde Juscelino Kubitschek se elege como presidente vindo a ter João Goulart como vice. Juscelino investiu em infraestrutura e abriu a economia para o capital internacional, ao contrário de Vargas. JK também criou Brasília e transferiu a capital do Brasil para lá. A partir dos investimentos em infraestrutura o país se desenvolveu com altos índices de crescimento, o que resultou em um aumento no valor do salário-mínimo, sendo o valor mais alto visto até então (CARVALHO, 2012).

Após o governo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros assume a presidência tendo adotado uma política autoritária, levando a inflação a números altíssimos e ao congelamento

de salários. Somado a isso sua forma de política externa independente¹⁶ ocasionou uma forte baixa em sua popularidade e posterior renúncia à presidência ainda no primeiro ano de governo. João Goulart não era um nome querido para assumir a presidência por ser socialista e precisou da campanha de seu cunhado Leonel Brizola para assumir o poder (Rede da Legalidade). O Congresso então instituiu o parlamentarismo e Goulart, também conhecido como Jango, assumiu, mas no parlamentarismo. Logo após, num plebiscito, o governo volta a ser presidencialista e Jango assume então a presidência tentando de todas as formas restabelecer a economia, o que não acontece, pois ele enfatizava o comunismo, promovia a reforma agrária e dava direitos aos trabalhadores. Os militares não desejavam o comunismo e já estavam organizando uma ditadura há algum tempo, então realizaram a “Marcha da família com Deus pela liberdade”. Em seguida tomaram o poder e derrubaram Jango em um golpe civil-militar. O militar Castelo Branco assume e, em 1964, inicia-se a ditadura militar no Brasil.

Castelo Branco instituiu o Ato Constitucional 1 (AI1) que já tirava o direito de eleger o presidente com as eleições indiretas, cassava mandatos e reforçava o poder executivo. Logo após, houve a implantação do Ato Institucional 2 (AI2) que instituía o Bipartidarismo limitando a dois partidos políticos (ARENA e MDB). O Ato Institucional 3 (AI3) fazia com que as eleições para governador também fossem indiretas e o Ato Institucional 4 (AI4) convocava uma Assembleia Constituinte para a criação de uma nova lei para o país. Neste primeiro momento criou também o Serviço Nacional de Informação (SNI) para controlar e diminuir a oposição ao regime militar com um serviço de espionagem. Muitas medidas contra a população foram tomadas neste período como corte de gastos, arrocho salarial e aumento de impostos. Findado o governo de Castelo Branco em 1967, Artur da Costa e Silva assume o poder. Durante o mandato de Costa e Silva houve uma forte oposição por parte da sociedade civil. Estudantes foram às ruas, artistas através da música, teatro, e também a “Frente Ampla” que era liderada pelo então deputado Carlos Lacerda, por Juscelino Kubitschek e por João Goulart questionavam as formas de governo de Costa e Silva, as quais retiravam muitos dos direitos que haviam sido conquistados. Neste contexto a presidente baixa o Ato Institucional 5 (AI5) que foi o pior momento do seu autoritarismo.

¹⁶Compreendida pela prática da negociação tanto com países ditos capitalistas quanto comunistas, o que em período de Guerra Fria causou fortes críticas.

O AI5 que aumentava o poder executivo e limitava o poder judiciário cortava a liberdade de expressão e autorizava a censura sobre o que podia ou não ser dito. O AI5 também retirou o *Habeas Corpus*¹⁷ o que permitia a prisão da oposição e tortura, dentro da lei. Muitos Guerrilheiros (oposição) tentaram de todas as formas sabotar o Regime Militar. Costa e Silva adoeceu e seu vice por não ser militar não podia assumir o poder. Por este motivo os militares, com um novo golpe, colocaram Emílio Garrastazu Médici no poder em 1969. Neste momento a economia brasileira teve seu auge, mas em contrapartida, foi o momento mais sangrento da ditadura. Médici governou até 1973 e, em 1974, Ernesto Geisel assume. De forma lenta, com toda a crise mundial e a crise do regime militar, o país começa a demonstrar um lento retorno à democracia. Em 1978 o AI5 foi revogado com a volta dos primeiros exilados políticos e o fim da censura. Também em 1978 o bipartidarismo foi abolido e seis partidos foram criados, inclusive o PT¹⁸, no ano seguinte. As eleições para governadores foram diretas. Os sindicatos se fortaleceram e inúmeras greves surgiram em prol de melhores salários e condições de trabalho. Movimentos da Igreja Católica também iniciaram neste período com sindicatos e estudantes. O autoritarismo no período de ditadura sempre compensou a falta de direitos políticos com o paternalismo.

José Murilo de Carvalho nos mostra que, em relação à cidadania, desde sua infância até os dias atuais, percebemos que seus três pilares (direitos sociais, políticos e civis) nunca foram completos. Ora se aumentava um e retirava outro, ora poucos tinham. E assim desenrolou-se esta cidadania em construção, desconstrução, reconstrução. Baseado nos estudos de Marshall (1967) sobre os direitos conquistados na Inglaterra, Carvalho mostra que no Brasil os direitos sociais foram sendo dados ao povo conforme os interesses governamentais e não conquistados pela população. Na Inglaterra os direitos civis foram primeiramente introduzidos. Após o exercício destes direitos vieram os políticos e, por último, os sociais. No Brasil os direitos sociais foram implantados em 1930 por Getúlio Vargas no momento em que se retiravam os direitos políticos e se reduziam os direitos civis. A obra “Cidadania no Brasil - o longo caminho” remete a alguns questionamentos acerca dos direitos no Brasil atual. José Murilo de Carvalho nos mostra que o gozar de algum direito

¹⁷ Direito do indivíduo de responder por um crime em liberdade até que se prove a sua autoria.

¹⁸ Partido dos Trabalhadores.

político não garante que os civis possam ser usufruídos como, por exemplo, a segurança, a saúde ou o emprego. Sempre houve um descompasso em algum dos pilares deste tripé.

Depois da ditadura militar a Constituição Brasileira de 1988 foi aprovada pela Assembleia Constituinte. Conhecida como Constituição Cidadã por ampliar a noção de cidadania e trazer à tona instrumentos de participação popular, em seu artigo quinto prevê os direitos e deveres do indivíduo na sociedade. Mesmo com os direitos assegurados nesta Constituição, há um longo caminho pela frente. José Murilo de Carvalho aponta que o povo tem responsabilidade nesta situação. Citando Rousseau em seu livro “O Contrato Social”, o autor afirma que o indivíduo perde a soberania quando delega poder a outros através das eleições. E, observando que ao longo do percurso histórico do Brasil diversas vezes o voto foi barganhado, vendido ou negociado temos, como resultado destes mais de quinhentos anos organizados desta forma, o cenário e momento político que se apresentam atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três obras apresentadas neste artigo são de notabilidade para elucidar a forma como o país se estruturou cultural, social e politicamente. Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho trazem à tona elementos fundamentais para compreendermos a trajetória histórica que constitui e fundamenta as bases do Brasil desde a colonização até a atualidade. Nesta seara os autores examinam as dimensões que abrangem a exploração das riquezas naturais como o ouro e pau-brasil, o cultivo de monoculturas através do modelo *plattation* destinado à exportação para a Europa, a imposição cultural, violência e discriminação dos povos indígenas que aqui viviam e, posteriormente a escravização dos povos africanos. Na dimensão política observamos o lento e árduo processo de construção da cidadania no país, entre idas e vindas de regimes autoritários e ditatoriais. Reconhecemos a importância das três obras analisadas para a construção do percurso histórico do Brasil e destacamos que é necessário olhar para cada uma delas através de lentes que reconheçam seu contexto de escrita e historicidade. Conceitos outrora utilizados bem como algumas percepções dos autores passaram, através das discussões posteriores às publicações, por leituras e abordagens de viés crítico. Contudo a importância das obras analisadas se coloca como inegável pela envergadura que apresentam. Além disso, nos possibilitam compreender diversos aspectos que continuam

existindo na sociedade brasileira como, por exemplo, o racismo, o patriarcalismo, a existência de latifúndios e de agricultura com forte presença do cultivo de monoculturas que seguem destinadas majoritariamente à exportação, e constantes ameaças à democracia e aos direitos dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil – o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, 15^a ed.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2012.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2019.

GIMENZES, Denis Maracci, et al. Notas à contribuição de Oliveira Vianna ao pensamento social brasileiro. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 337, maio 2018, p. 1-15.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; **SANTOS**, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. II Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) Dilemas e Desafios na Contemporaneidade. Campinas, São Paulo, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: José Olympio, 1936.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco. Instituições Políticas Brasileiras. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Caio Prado Júnior: uma biografia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.